Anais do Congresso Brasileiro de Iniciação Científica
(https://periodicos.unisanta.br/COB)

ISSN 2317-1316

PROSTITUIÇÃO TRANS E MÍDIA: ENTRE A FETICHIZAÇÃO E A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL

TRANS PROSTITUTION AND MEDIA: BETWEEN FETISHIZATION AND STRUCTURAL VIOLENCE

Maria Eduarda Valentim, Guilherme Santos da Silva

ETEC Drª Ruth Cardoso, Ensino Médio com Itinerário Formativo em Linguagens e suas Naturezas

E-mail para contato: Guilherme.silva08@cps.sp.gov.br

RESUMO – Este artigo analisa a representação da prostituição de pessoas trans e travestis na mídia, abordando aspectos históricos e sociais. A pesquisa examina a construção social da prostituição, desde as civilizações antigas até a Idade Média, evidenciando como relações de poder e moralidade religiosa moldaram a percepção sobre o trabalho sexual. Na contemporaneidade, discute-se como a mídia reforça estigmas e preconceitos, marginalizando essas pessoas, ao mesmo tempo que exalta figuras específicas. O trabalho também destaca a prostituição como um espaço de resistência e sobrevivência para populações excluídas, e como a mídia contribui para a manutenção de desigualdades e estigmas de gênero.

Palavras-chave: Prostituição; Travestis; Pessoas trans; Mídia; Estigma social.

ABSTRACT – This article analyzes the representation of trans and travesti prostitution in the media, addressing both historical and social aspects. The research examines the social construction of prostitution, from ancient civilizations to the Middle Ages, highlighting how power relations and religious morality shaped perceptions of sex work. In contemporary times, it discusses how the media reinforces stigma and prejudice, marginalizing these individuals while selectively exalted specific figures. The work also emphasizes prostitution as a space of resistance and survival for historically excluded populations and how the media contributes to the maintenance of inequalities and gender stigma.

Keywords: Prostitution; Travestis; Trans people; Media; Social stigma.

ISSN 2317-1316

1 INTRODUÇÃO

As pessoas trans e gêneros-diversas em todas as partes do mundo são vítimas de terríveis violências de ódio, preconceito que incluem chantagens, agressões físicas e sexuais, e assassinatos. Essas formas de violência frequentemente não são tão relatadas e pouca atenção é dada às suas causas subjacentes, como as formas de ódio transfóbico, trans misógino, racista, xenofóbica e antiprofissionais do sexo e as condições socioeconômicas precárias que as pessoas trans e gênero diversas enfrentam em muitos contextos.

Todos esses fatores expõem pessoas trans e gênero diversas, especialmente pessoas racializadas, 3 minorias étnicas, migrantes e profissionais do sexo, com graus elevados de violência. No Brasil está crescendo uma agenda antitrans, impulsionada por forças políticas conservadoras, refletindo o crescimento do bolsonarismo e a consolidação da extrema direita no país e ao redor do mundo.

Esse mesmo projeto que neste momento está vigente nos EUA com uma enxurrada de leis antitrans, sob a justificativa de proteger a "moral e os bons costumes" ou "os direitos das mulheres e meninas", e que na verdade visam restringir direitos fundamentais das pessoas trans. Essas propostas, muitas vezes disfarçadas de preocupações com a infância, educação ou esportes, atacam diretamente a dignidade e o direito à existência da comunidade trans. Entre as medidas mais emblemáticas dessa agenda, estão as leis que proíbem a chamada linguagem neutra em ambientes públicos, a exclusão de atletas trans de competições esportivas e a restrição ao uso de banheiros conforme a identidade de gênero.

Essas leis, que supostamente pretendem proteger a sociedade de uma "ameaça trans", perpetuam diversas formas de violência e exclusão, além de violações de direitos humanos, em um contexto em que a constituição federal proíba a existência de leis que neguem direitos, assim como a própria discriminação de qualquer natureza. Ao mesmo tempo, há uma ofensiva jurídica contra o direito de crianças e jovens trans acessarem cuidados de saúde seguros e regulamentados. A mensagem que está posta é bem direta: as pessoas trans não são bem-vindas e, se possível, devem ser erradicadas do espaço.

ISSN 2317-1316

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo adota uma abordagem qualitativa e exploratória, com coleta de dados a partir de artigos acadêmicos, reportagens, pesquisas e documentos institucionais, incluindo dados de organizações como a Transgender Europe e a ANTRA. A análise parte de uma perspectiva centrada na violência estrutural, institucional e interpessoal vivenciada por pessoas trans e travestis, especialmente aquelas inseridas no trabalho sexual, compreendido como uma alternativa frequentemente decorrente da exclusão no acesso à educação e ao mercado formal de trabalho.

A pesquisa também se apoia na análise crítica do discurso midiático, investigando como a mídia contribui para a construção e manutenção de estigmas, ao reforçar estereótipos negativos que intensificam a marginalização e a violência contra essa população. São considerados, ainda, dados sociais e contemporâneos sobre o contexto brasileiro, articulando fatores como transfobia, fetichização, desigualdade social e criminalização da prostituição.

A análise é conduzida de forma interseccional, articulando gênero, sexualidade, classe, raça e xenofobia para compreender as múltiplas formas de vulnerabilidade e exclusão. Além disso, o estudo incorpora uma contextualização histórica e social da prostituição, buscando compreender sua construção como prática estigmatizada, bem como examina representações sociais e midiáticas que influenciam percepções e práticas sociais em relação às pessoas trans e travestis.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A prostituição ao longo da história é uma prática presente em diferentes culturas, tanto antigas quanto modernas. Muitas vezes descrita como “a profissão mais antiga do mundo”, essa afirmação, embora comum, carece de comprovação histórica e deve ser tratada com cautela.

No Oriente Antigo, já havia registros de aproximadamente 2400 a.C. que indicavam a prostituição como uma ocupação reconhecida. Em santuários, templos ou “casas do céu”, a chamada prostituição sagrada era uma prática comum. Nesses espaços, as mulheres eram divididas em três classes: a primeira dedicada exclusivamente a rituais sexuais, a segunda com

ISSN 2317-1316

acesso aos terrenos para receber visitantes e a terceira com liberdade para encontrar clientes nas ruas.

Mais tarde, no contexto europeu do século XIV, a percepção sobre a prostituição passou a estar diretamente ligada ao controle social sobre o corpo feminino. Mulheres que fossem vistas caminhando sozinhas em determinados locais e horários podiam ser acusadas de prostituição. Muitas vezes, essas acusações resultavam em punições severas, como prisões e exames médicos agressivos conhecidos como “estupro clínico”, que buscavam comprovar a virgindade de forma violenta. Ainda que inocentadas, essas mulheres sofriam forte estigmatização social. Em muitos casos, jovens pobres e solteiras presas sob tais acusações só eram liberadas se aceitassem se registrar como prostitutas. Já aquelas que tentavam fugir dos bordéis eram obrigadas a retornar a eles ou enfrentavam longos períodos de encarceramento. Outro fator determinante nesse período foi a crise demográfica provocada pela peste negra (1346–1353). Com a necessidade de repovoar a sociedade devastada, o controle da natalidade passou a ser considerado crime, o que incluiu a criminalização do aborto e do infanticídio. Nesse contexto, a Igreja também intensificou a condenação de práticas sexuais consideradas “não procriadoras”, como a homossexualidade.

A política de classes também exerceu papel central nesse cenário. Como a classe trabalhadora foi a mais atingida pela peste, surgiram medidas que, em muitos casos, legitimavam a violência contra as mulheres. Um exemplo foi a naturalização do acesso ao sexo como direito dos jovens trabalhadores, o que, na prática, significou a legalização do estupro. Muitas dessas mulheres, desonradas socialmente, tinham apenas duas opções: abandonar suas comunidades ou recorrer à prostituição como meio de sobrevivência. Esse contexto reforçou a misoginia, redirecionando o ódio e a hostilidade antes destinados às classes sociais marginalizadas para as próprias mulheres.

Entre 1350 e 1450, na Itália, a atividade chegou a ser regulamentada e administrada pelo Estado. As prostitutas possuíam liberdade para abordar clientes nas ruas e não eram mais obrigadas a usar vestimentas específicas que as diferenciam das chamadas “mulheres de respeito”. Os bordéis, locais privados onde a prostituição ocorria, tinham o aval não apenas do

ISSN 2317-1316

Estado, mas também da Igreja, que os enxergava como instrumentos para conter práticas consideradas heréticas e como "remédio" contra a homossexualidade.

Nesse debate contemporâneo sobre a regulamentação da prostituição, destaca-se a perspectiva crítica de Amara Moira, travesti, doutora em Letras pela Unicamp e ex-trabalhadora sexual. Em sua obra *E se eu fosse puta* (2016), Moira questiona a hipocrisia da sociedade, que condena o ato de cobrar pelo sexo, mas não o de manter múltiplos parceiros gratuitamente. Para ela, a questão central não é a multiplicidade de relações sexuais, mas o estigma em torno da prostituição como ofício. Em suas palavras:

> "É como se a palavra puta estivesse tatuada na minha testa, e muito antes de eu fazer rua pela primeira vez. Me veem como travesti e já me imaginam puta, e qual seu preço, se sou ativa, assédio como nunca vi antes, coisa de enlouquecer" (MOIRA, 2016, p. 102).

A reflexão de Amara Moira evidencia que o preconceito e a marginalização em torno da prostituição não se restringem ao passado. Pelo contrário, são práticas que atravessam os séculos e continuam a estruturar a forma como a sociedade enxerga a sexualidade feminina e a população trans.

Como esperado, esses dados não são exatamente uma surpresa. Assim como não é surpresa o fato de que o Brasil seguiu pelo 16º ano consecutivo como o país que mais assassinou travestis e transexuais no mundo todo em 2024, de acordo com o publicado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra). Segundo o relatório da própria ANTRA, a expectativa de vida de uma pessoa trans no país é de 35 anos. "Resistir para existir, existir para reagir" é o lema da associação.

Anualmente, os maiores sites pornôs do mundo publicam um relatório com as categorias mais acessadas pelos seus usuários, detalhando palavras-chave, celebridades, fetiches e tendências mais buscadas em cada país do top 20. Uma evidência é a predileção do brasileiro, segundo o PornHub, em assistir pornografia com pessoas transexuais, assistiu-se 84% a mais de filmes dessa temática do que nos 20 países presentes no levamento. A pornografia trans aumentou 75% nas pesquisas gerais, e ocupou a sexta categoria em pesquisas internacionais no

ISSN 2317-1316

ano de 2023, uma posição acima de 2022. É isso que demonstra o relatório 2023 do PornHub. A pornografia é uma das formas mais consumidas de conteúdo audiovisual em todo o mundo. No entanto, apesar de seu caráter privado, ela possui grande impacto cultural, ajudando a moldar percepções, desejos e, infelizmente, preconceitos. Quando se trata da representação de pessoas trans nesse tipo de mídia, há uma série de questões problemáticas que não apenas distorcem suas identidades, mas também reforçam estigmas sociais e alimentam o ódio contra essa comunidade.

Um dos principais problemas está na fetichização e desumanização das pessoas trans. Em grande parte da pornografia, elas são tratadas como objetos sexuais exóticos, como uma espécie de “curiosidade” erótica, e não como seres humanos complexos, com vivências, histórias e subjetividades. Essa abordagem reduz suas identidades a características físicas ou ao "fetiche" de quem consome, apagando sua dignidade e reforçando a ideia de que elas existem apenas para o prazer alheio.

Esse tratamento também se relaciona diretamente com o reforço de estereótipos transfóbicos. A pornografia muitas vezes perpetua a imagem de que pessoas trans “enganam” os outros, ou que são hipersexualizadas por natureza. Esses estigmas já estão presentes no imaginário social e, quando reafirmados por meios de comunicação como a pornografia, ganham força e legitimidade, justificando atitudes de desprezo, violência e marginalização.

Outro fator relevante é a dupla moral e o ódio reprimido. Muitas pessoas que consomem pornografia com pessoas trans, o fazem secretamente, ao mesmo tempo em que expressam publicamente comportamentos transfóbicos. Essa contradição pode resultar em uma transfobia ainda mais agressiva, como forma de negar ou reprimir desejos considerados socialmente inaceitáveis. O ódio, nesse caso, funciona como um mecanismo de defesa contra a vergonha ou o medo do julgamento.

Além disso, a pornografia com pessoas trans frequentemente reproduz violência simbólica. Em diversos conteúdos, há cenas de dominação, humilhação ou agressão, que são erotizadas e naturalizadas. Isso contribui para a banalização da violência contra pessoas trans na realidade, já que o consumo repetido dessas imagens pode dessensibilizar o público e tornar a agressão algo “normal” ou até mesmo excitante. Por fim, há o distanciamento da realidade. A pornografia raramente mostra pessoas trans de maneira humanizada com afetos, conquistas,

ISSN 2317-1316

lutas e cotidianos. Para muitos, esse conteúdo se torna a única fonte de "informação" sobre pessoas trans, criando uma visão distorcida e hipersexualizada que dificulta a empatia, o respeito e o reconhecimento de suas existências para além da sexualidade.

A forma como a mídia retrata pessoas trans e travestis exerce um papel central na construção da opinião pública. Longe de ser neutra, essa representação é marcada por estigmas, estereótipos e distorções que reforçam preconceitos históricos. Será analisado como programas televisivos, telenovelas e veículos jornalísticos consolidaram imagens negativas das pessoas trans, vinculando-as quase sempre à prostituição e à marginalidade. Também serão discutidas experiências alternativas que buscam ressignificar essas narrativas, valorizando a pluralidade das vivências trans.

A prostituição de pessoas trans aparece frequentemente na mídia brasileira de forma sensacionalista, associada à violência, criminalidade ou à curiosidade mórbida. Programas policialescos como *Cidade Alerta* e *Brasil Urgente* frequentemente exibem reportagens com linguagem pejorativa e desrespeitosa, utilizando termos como "traveco" ou propositalmente errando pronomes. Esse tipo de abordagem reforça o estigma e legitima práticas sociais de exclusão. Como aponta Bento (2006, p. 72), "a mídia não apenas informa, ela constrói representações sociais e simbólicas que definem quem merece empatia e quem deve ser marginalizado."

Mesmo em produções de maior prestígio, como as telenovelas, a prostituição surge quase sempre como elemento central da narrativa. A personagem Ivan, de *A Força do Querer* (2017), foi uma tentativa de representar um homem trans em contexto diverso, mas ainda marcada por olhares cisgêneros, uma vez que o papel foi interpretado por uma atriz cis. Para Jaqueline Gomes de Jesus (2015), a ficção insiste em papéis limitantes, associando a transgeneridade à tragédia, ao sofrimento ou à hipersexualização. Como reforça Bento (2017, p. 53), "a representação de pessoas trans na dramaturgia ainda é atravessada pelo olhar cisgênero, que decide quem pode ser visível e sob quais condições."

As consequências sociais dessas narrativas A redução da experiência trans à prostituição contribui para o apagamento de outras realidades: professoras, artistas, mães,

ISSN 2317-1316

estudantes e profissionais de diferentes áreas raramente encontram espaço midiático. Isso desumaniza as pessoas trans, invisibilizando sua diversidade. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) aponta que muitas recorrem à prostituição não por escolha "moral" ou "perversa", mas pela falta de oportunidades de trabalho formal, reflexo da exclusão estrutural.

Essas representações têm efeitos materiais: reforçam a normalização da violência e do desrespeito. Como sintetiza Erica Malunguinho (2019), *"a forma como a mídia nos retrata é a forma como a sociedade nos trata."* Casos como o de Verônica Bolina e de Karla Sofía Gascón demonstram como a exposição midiática pode destruir trajetórias, estigmatizando-as de forma irreversível. Apesar da hegemonia das representações negativas, existem mídias e projetos alternativos que buscam mudar essa lógica e construir narrativas mais plurais. A Revista Brejeiras, lançada em 2018 e produzida por mulheres lésbicas, surge como um espaço de visibilidade e empoderamento, questionando padrões excludentes. De modo semelhante, o Dia Estúdio, que recentemente lançou a Dia TV, investe em conteúdos digitais apresentados majoritariamente por criadores LGBTQIAPN+, ampliando as vozes dessa comunidade no entretenimento. No campo da empregabilidade, iniciativas como a TransEmpregos e o Educatransforma têm possibilitado que pessoas trans ingressem em áreas como tecnologia, gestão e inovação, rompendo com o ciclo de exclusão que as empurra para a prostituição. Há ainda projetos voltados ao reconhecimento jurídico e social, como o "Me chame pelo meu nome**"**, desenvolvido por estudantes da Faculdade de Direito da USP, que auxilia na retificação de nomes. No campo da assistência social, a Casa Florescer acolhe mulheres trans e travestis em situação de vulnerabilidade, oferecendo moradia, alimentação e apoio jurídico. No âmbito da saúde, o Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais busca garantir atendimento especializado e humanizado. Essas experiências mostram que, quando pessoas trans assumem o protagonismo de suas histórias, torna-se possível romper com a lógica de estigmatização e afirmar a diversidade de trajetórias, para além da prostituição.

O avanço de uma agenda anti-trans no Brasil, impulsionada por forças políticas conservadoras, reflete o crescimento do bolsonarismo e a consolidação da extrema direita no país e ao redor do mundo. Testemunhamos o mesmo projeto que neste momento está vigente

ISSN 2317-1316

nos EUA com uma enxurrada de projetos de lei antitrans, sob a justificativa de proteger a "moral e os bons costumes" ou "os direitos das mulheres e meninas", e que na verdade visam restringir direitos fundamentais das pessoas trans. Essas propostas, muitas vezes disfarçadas de preocupações com a infância, educação ou esportes, atacam diretamente a dignidade e o direito à existência da comunidade trans.

4 CONCLUSÃO

A análise demonstra que a prostituição é frequentemente uma das únicas alternativas de renda para pessoas trans e travestis, devido à exclusão estrutural e à negação de direitos básicos, confirmando a hipótese de que a invisibilidade social contribui para essa realidade. O estudo atingiu seus objetivos ao identificar fatores históricos e sociais, destacar o contexto brasileiro de alta violência contra essa população e analisar o papel da mídia na construção de estigmas. Observou-se que a mídia reforça estereótipos negativos, influenciando a opinião pública e legitimando práticas discriminatórias, embora novas narrativas estejam emergindo por meio de iniciativas trans. Conclui-se que é fundamental repensar a abordagem midiática, promovendo representações mais éticas e plurais para combater a transfobia estrutural e ampliar as possibilidades de existência digna para pessoas trans.

5 REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Brasil é o país com mais mortes de pessoas trans no mundo, diz dossiê. Brasília, 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-01/brasil-e-o-pais-com-mais-mortes-de-pessoas-trans-no-mundo-diz-dossie. Acesso em: 05 out. 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2020. Brasília: ANTRA, 2021.

BENTO B. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

ISSN 2317-1316

BENTO B. Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017.

CATARINAS. Brasil invicto: como campeão no consumo de pornografia trans no mundo e de assassinatos. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: https://catarinas.info/colunas/brasil-invicto-como-campeao-no-consumo-de-pornografia-trans-no-mundo-e-de-assassinatos/. Acesso em: 10 set. 2025.

DIA ESTÚDIO. Quem somos. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: https://diaestudio.com/quem-somos/. Acesso em: 29 set. 2025.

EDUCATRANSFORMA. Inclusão na tecnologia e oportunidade para pessoas trans. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: https://educatransforma.com.br/. Acesso em: 15 set. 2025.

EBAC ONLINE. TransEmpregos: como a TransEmpregos atua? [S.l.], [s.d.]. Disponível em: https://ebaconline.com.br/blog/transempregos. Acesso em: 13 set. 2025.

GÊNERO E NÚMERO. Entrevistas – Livro "História das Travestis no Brasil". [S.l.], [s.d.]. Disponível em: https://www.generonumero.media/entrevistas/livro-historia-travestis-brasil/. Acesso em: 20 set. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Mulheres vítimas de violência. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/assistencia_social/w/rede_socioassistencial/mulheres_vitimas_de_violencia/332517. Acesso em: 18 set. 2025.

JESUS JG. Transfeminismo: teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015..

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Mulheres vítimas de violência. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/assistencia_social/w/rede_socioassistencial/mulheres_vitimas_de_violencia/332517. Acesso em: 26 set. 2025.

SEER UFRGS. [Performatividades de mulheres treans em videos mais acessados da pornografia brasileira: Pedagogias sexuais]. Iluminuras. Porto Alegre, [s.d.]. Disponível em:

ISSN 2317-1316

https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/114761/87011. Acesso em: 17 set. 2025.

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ambulatório de saúde integral para travestis e transexuais. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: http://www.saude.sp.gov.br/. Acesso em: 18 out. 2025.

SLATE. Rush Limbaugh calls Sandra Fluke a prostitute: is prostitution really the world's oldest profession? [S.l.], 2012. Disponível em: http://www.slate.com/. Acesso em: 1 set. 2025.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ (TRE-AP). Dignidade e cidadania: campanha "Me chame pelo meu nome". Macapá, [s.d.]. Disponível em: https://www.tre-ap.jus.br/. Acesso em: 15 set. 2025.

UOL UNIVERSA. O que o consumo de pornografia diz sobre a sexualidade do brasileiro. [S.l.], 2018. Disponível em: https://www.uol.com.br/universa/. Acesso em: 18 set. 2025.